

RESUMO - EIXO TEMÁTICO 1 - PAISAGEM CULTURAL: UM CONCEITO EM DISCUSSÃO E SUAS TIPOLOGIAS - PAISAGEM E GEOGRAFIA / PAISAGEM E ARTE / PAISAGEM E ARQUEOLOGIA / PAISAGEM E AMBIENTE / PAISAGEM E PATRIMÔNIO / PAISAGEM URBANA E PAISAGEM CULTURAL / JARDINS HISTÓRICOS E PAISAGISMO / PAISAGENS RURAIS, INDUSTRIAIS E DA MINERAÇÃO / CATEGORIAS DE PAISAGEM DA UNESCO E SUA APLICABILIDADE / ROTAS E ITINERÁRIOS CULTURAIS.

PAISAGEM ARQUEOLÓGICA COMO CONSTRUÇÃO VALORATIVA: ENTRE MATERIALIDADE, RECONHECIMENTO E PROJETO

Tatiana De Carvalho Costa (taticosta_arq@hotmail.com)

A noção de paisagem arqueológica costuma ser mobilizada para designar territórios que preservam vestígios materiais de temporalidades pretéritas e que, por isso, podem ser investigados por meio dos instrumentos e métodos da disciplina arqueológica. Nessa acepção corrente, a paisagem aparece como suporte empírico da evidência histórica — cenário no qual ruínas, traçados e estruturas remanescentes testemunham formas passadas de organização espacial e de relação sociedade–natureza. Tal entendimento, entretanto, tende a reduzir o conceito à sua dimensão descritiva e instrumental, subordinando-o ao campo técnico da arqueologia.

Este trabalho propõe problematizar essa abordagem, deslocando o foco da paisagem como objeto de investigação para a paisagem como construção valorativa. A paisagem arqueológica não é apenas aquela que contém vestígios, mas aquela à qual se atribui valor arqueológico. Esse deslocamento implica reconhecer que o estatuto arqueológico de uma paisagem não decorre

automaticamente da materialidade existente, mas de processos interpretativos, institucionais e normativos que selecionam, qualificam e enquadram determinados fragmentos do território como portadores de significado histórico-documental. A paisagem arqueológica, assim, não é uma evidência neutra, mas uma categoria construída no interior de regimes de saber e de práticas patrimoniais.

O debate italiano contemporâneo oferece elementos elucidativos. Ao analisar a região italiana de Marche, Stefano Gizzi distingue situações em que permanências arqueológicas se encontram dispersas e absorvidas pelo tecido urbano — como em Ancona, Fermo e Fano — daquelas em que estruturas históricas, como no vale do Metauro, o principal curso d'água de Marche, permanecem legíveis na escala territorial. Entre vestígios fragmentados e traçados persistentes, evidencia-se que a legibilidade não é condição estável, mas variável histórica e culturalmente mediada. A paisagem arqueológica oscila, portanto, entre a invisibilidade e a evidência, desafiando critérios baseados exclusivamente na percepção imediata.

Essa problematização aproxima-se do debate sobre *buried landscapes*, desenvolvido por Graham Fairclough e Stephen Rippon (2002), que chama atenção para paisagens cujas estruturas permanecem soterradas ou não perceptíveis na superfície. Nesses casos, a ausência de visibilidade não implica ausência de valor, deslocando a discussão para os campos da documentação, da arqueologia preventiva e das políticas territoriais. O reconhecimento da paisagem arqueológica passa, então, a depender de dispositivos técnicos, jurídicos e administrativos que a tornam inteligível e passível de proteção.

Compreendida como categoria construída, a paisagem arqueológica situa-se no cruzamento entre patrimônio e projeto. A atribuição de valor arqueológico implica delimitações espaciais, regimes de tutela e estratégias de intervenção que afetam diretamente o planejamento e o desenho do território. Mais do que um campo de escavação, trata-se de uma matriz interpretativa que orienta decisões projetuais e redefine a relação contemporânea com as camadas temporais inscritas na paisagem.

Palavras-chave: paisagem arqueológica; atribuição de valor; legibilidade.